



---

# o *Brasil* e o Capitalismo Histórico

Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo

*Organizadores*

PEDRO ANTONIO VIEIRA

ROSÂNGELA DE LIMA VIEIRA

FELIPE AMIN FILOMENO

**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

© Pedro Antonio Vieira; Rosângela de Lima Vieira; Felipe Amin Filomeno

### **Conselho Editorial**

Immanuel Wallerstein, Fernando Novais, Hoyêdo Lins, e Francisco Luiz Corsi

### **Projeto gráfico, diagramação e capa**

Rita Motta - [www.editoratriboblogspot.com](http://www.editoratriboblogspot.com)

### **Revisão**

Sérgio Meira

### **Impressão**

Gráfica e Editora Copiart Ltda

1ª Edição - 2012 - São Paulo – SP

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

B83

O Brasil e o capitalismo histórico : passado e presente na análise dos sistemas-mundo /  
organização Pedro Antonio Vieira, Rosângela de Lima Vieira, Felipe Amin  
Filomeno.- São Paulo, SP : Cultura Acadêmica Editora, 2012.  
327 p.

ISBN 978-85-7983-386-1

1. Capitalismo - Brasil - História. 2. Capital (Economia). I. Vieira, Pedro  
Antonio. II. Vieira, Rosângela de Lima. III. Filomeno, Felipe Amin. IV. Série.

13-1521.

CDD: 330.1220981

CDU: 330.142.23(81)

---

043362



# A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929

ROSÂNGELA DE LIMA VIEIRA<sup>201</sup>

## Introdução

A pesquisa apresentada tem por objetivo (re)construir a cadeia mercantil do café produzido no Brasil no período de 1830 a 1929. A intenção é montar a cadeia mercantil mundial do café, avaliar a localização espacial destes elos e a possível relação desta localização com a posição do respectivo país no sistema interestatal mundial. Também se pretende analisar se e como, o controle sobre determinados nódulos da cadeia no território brasileiro, permite tanto aos produtores quanto aos trabalhadores, vantagens – em termos de poder (influência no Estado) e remuneração (lucros e salários) – em relação a proprietários e trabalhadores de outros setores. E ainda confrontar

---

<sup>201</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Marília.

---

os resultados do estudo da cadeia mercantil do café com as proposições teóricas da Economia Política do Sistema-Mundo.

De início será composta a revisão bibliográfica do referencial teórico: primeiramente da abordagem da Economia Política dos Sistemas-Mundo e em seguida das cadeias mercantis, para substanciar a base sobre a qual se edifica esta pesquisa. O detalhamento relativo à cadeia mercantil do café seguirá em conjunto com a revisão bibliográfica da temática. A partir desse percurso será construída e analisada a cadeia mercantil desse grão no período estudado.

## Elementos do referencial teórico

A abordagem da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) tem como arquitetos teóricos três autores: o historiador Fernand Braudel, o sociólogo Immanuel Wallerstein e economista Giovanni Arrighi. O conjunto de suas obras constitui um arquétipo histórico do capitalismo válido para pensar o processo que construiu as bases econômicas do mundo atual<sup>202</sup>.

Para demonstrar essa proposta interpretativa, de início Fernand Braudel (1902-1985), nos oferece alguns conceitos primordiais para a compreensão da EPSM. O primeiro deles é sua concepção das diferentes temporalidades como elemento fundamental para a compreensão histórica. Três são as durações vitais – longa, média e curta – para análises históricas que explicam a dialética entre as estruturas, conjunturas e os fatos históricos. Braudel ainda empreendeu uma descrição histórica do capitalismo como um conjunto de estratégias de superação das imposições do mercado para garantir lucros excepcionais. E no decorrer de suas pesquisas, ele apresentou o conceito de *economia-mundo* inicialmente na obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II* (1949), para especificar o universo econômico

---

<sup>202</sup> Cf. VIEIRA, R. L. O arquétipo do capitalismo: uma construção. *In*: Colóquio Brasileiro em EPSM - Economia Política dos Sistemas-Mundo, 4, Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <[http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o\\_arquetipo\\_do\\_capitalismo\\_%20uma\\_construcao.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_arquetipo_do_capitalismo_%20uma_construcao.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2011.

---

daquela região. Contudo, foi na obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1979) que aprofundou tal conceito. Para explicá-lo e exemplificá-lo, Braudel analisa várias economias-mundo ao longo da história para depois apresentar suas quatro principais características: são de longa duração temporal; têm limites definidos; possuem um centro econômico; e seu espaço de atuação é hierarquizado. O conceito de economia-mundo é decorrente de sua concepção de capitalismo: monopolista, adaptativo e livre para escolhas mais lucrativas.

O centro de cada economia-mundo deslocou-se ao longo dos cinco séculos do capitalismo. Assim, há uma sequência clássica para os vários centros econômicos desde o século XVI: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdã, Londres e Nova York. O apogeu de cada uma delas apresenta um equilíbrio frágil, cujas mudanças provocam alterações profundas no conjunto do sistema<sup>203</sup>.

Por sua vez, Immanuel Wallerstein estudou o conceito de economia-mundo de Braudel e o propôs como um modelo de análise na obra *The modern world-system* (1974). Para tanto retomou a concepção de hierarquia e adotou as posições de “centro”, “periferia” e “semiperiferia” dentro do sistema mundial. Para ele, este se caracteriza pela dicotomia entre capital e trabalho, e pela acumulação de capital entre agentes em concorrência, num equilíbrio sempre ameaçado por fricções internas. Neste contexto, a divisão internacional do trabalho e do capital a partir do centro hegemônico condiciona as possibilidades dos demais membros do sistema.

Segundo Wallerstein, a perspectiva dos Sistemas-Mundo surgiu da combinação do conceito de economia-mundo de Fernand Braudel com a análise centro-periferia da CEPAL, em diálogo com postulados de Karl Polanyi e Raúl Prebisch (WALLERSTEIN, 2005a, p. 32-34). E para ele, as análises a partir da perspectiva da Economia dos Sistemas-Mundo devem observar dois subsistemas: o político (Estados nacionais) e o econômico (cadeias mercantis). Ambos são indissociáveis, pois se inter-relacionam constantemente. Aos Estados cabe o papel de facilitar a implementação de estruturas

---

<sup>203</sup> Para detalhamento ver VIEIRA, R. *Fernand Braudel: a relação do método historiográfico e o conhecimento histórico*. Assis: 2002. Tese de doutorado.

políticas, sociais e culturais para o desenvolvimento econômico. A análise dos processos econômicos a partir das cadeias mercantis permite a observação da rede de processos de trabalho e de produção, cujo resultado é um produto pronto para o consumo. Elas são caracterizadas por serem geograficamente extensas, complexas e passarem por mudanças constantes.

Outro aspecto relevante dessa perspectiva consiste no fato de que os estudos a partir da economia-mundo e, portanto, das próprias cadeias mercantis, exigem que se observem sempre as posições dentro de uma perspectiva relativa.

Em Giovanni Arrighi, observa-se que há uma retomada dos percursos de Braudel e Wallerstein. No livro *O logo século XX* (1994), Arrighi reconstrói o processo histórico das economias-mundo e retrata o ciclo norte-americano como produto dos ciclos precedentes; e assim reafirma a ideia de longa duração do capitalismo – tão cara a F. Braudel. Suas pesquisas apresentam os quatro Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) de Arrighi: Gênova – do século XV ao início do XVII; Holanda – do fim do século XVI até grande parte do XVIII; Inglaterra – segunda metade do século XVIII e início do XX; e Estados Unidos – do fim do século XIX até hoje.

Uma característica dos CSAs é a sua divisão em duas fases: primeiro crescimento material, seguido de crescimento financeiro. Em decorrência disso há concomitância dos ciclos econômicos durante o processo de passagem de um centro hegemônico para outro, pois o desenvolvimento material de um novo centro ocorre durante a fase do desenvolvimento financeiro do ciclo “anterior”.

Destacadas as balizas teóricas sobre as quais se pretende (re)construir a cadeia mercantil do café produzido no Brasil no período 1830-1929, apresentamos a seguir contribuições de alguns pesquisadores que vêm desenvolvendo seus trabalhos a partir do conceito de cadeia mercantil.

Para Talbot (2004, p. 6), “uma cadeia mercantil é uma unidade intermediária de análise, maior do que o Estado-nação, mas menor do que todo o sistema-mundo”. As cadeias mercantis, como um sistema inter-relacionado de processos de produção e transações econômicas da produção até o consumo, são o aspecto concreto da economia-mundo capitalista, pois demonstram

---

a extensão da economia-mundo, bem como as diferentes posições das várias economias envolvidas naquela cadeia mercantil, explicando assim a condição de maior ou menor autonomia de cada elo da cadeia. E

a cadeia mercantil reproduz outra característica fundamental dos sistemas-mundo como unidade de análise: a contradição entre a unidade global do sistema econômico e a fragmentação territorial do sistema político dos estados-nações. Os estados tentam regular o processo de produção que ocorrem em seu território, mas constrangidos porque esses processos são ligados a outras localidades e diferentes estados-nações. (TALBOT, 2004, p. 7).

Segundo ele, os estudiosos de cadeias mercantis perceberam que os movimentos em tais cadeias podem ser de origem de fatores internos ou externos, por exemplo: sofisticação da tecnologia, alianças entre o local e o transnacional, mercado externo, questões domésticas. Por isso, segundo ele, “Gellert (2003) enfatiza a importância das alianças políticas entre estados e capital local para as regiões de commodities de exportação, bem como as alianças entre o local e o transnacional como determinantes no sucesso para mover-se na cadeia.” (TALBOT, 2004, p. 13).

E ainda segundo Talbot, o estudo das cadeias mercantis permite a superação do foco no Estado-nação como unidade de análise, fugindo assim da falácia identificada pelos analistas dos Sistemas-Mundo (TALBOT, 2004, p. 18).

Na introdução do livro *Commodity chains and global capitalism*, Gereffi e Korzeniewicz, utilizam o conceito de cadeia mercantil de Hopkins e Wallerstein de 1986: “uma rede de processo de trabalho e produção, cujo resultado final é um produto acabado”. Defendem que as cadeias mercantis reformulam a base conceitual e as categorias necessárias para analisar o novo padrão de organização global, ligando famílias, empresas e estados um ao outro dentro da economia-mundo. E “essas redes são situacionais, socialmente construídas, e localmente integradas, ressaltando o enraizamento social da organização econômica” (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994, p. 2)

No mesmo livro, o texto de Hopkins e Wallerstein “Commodity Chains: construct and research” descreve os elementos que devem ser

---

observados na construção de uma cadeia mercantil. Sugerem a utilização de um gráfico no qual cada etapa específica do processo deve estar separada em uma caixa, com suas respectivas indicações geográficas, sendo que cada etapa possui sua própria cadeia mercantil, um tipo de propriedade associada e de formas de trabalho, e por fim as relações entre cada unidade constituinte (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1994, p. 18-19).

Em outro texto intitulado “Conclusions about commodity chains”, Hopkins e Wallerstein salientam o papel dos governos – locais ou nacionais – na inserção de seus produtos em grandes cadeias mercantis, por exemplo, com políticas de protecionismo. Destacam ainda que

a economia-mundo capitalista revela-se por meio deste tipo de radiografia como um movimento rápido das relações; todavia, sempre reproduz a ordem básica que permite a infinita acumulação de capital, ou pelo menos até agora reproduziu esta ordem básica. (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1994a, p. 50).

A inserção da América Latina na economia-mundo capitalista ocorre desde a sua gênese. Steven Topik, Carlos Marichal e Zephyr Frank, na introdução do livro *From silver to cocaine – latin american commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*, com o texto intitulado “Commodity chains in theory and in Latin American history”, descrevem com clareza essa situação:

a América Latina tem estado ativamente envolvida no comércio global desde que um marinheiro genovês com a cartografia, marinheiros e experiência portuguesa em navegar para a África, em navios espanhóis parcialmente financiados por banqueiros italianos chegaram ao que seria conhecido como o “novo mundo”. (TOPIK; MARICHAL; FRANK, 2006, p. 1).

Ou seja, o empreendimento das “grandes navegações e descobrimentos” como consequência de um processo econômico global e demonstrando a América Latina desde a gênese de sua inserção na história europeia necessariamente como parte da economia-mundo capitalista.

---



Feito o percurso com os subsídios teóricos fundamentais que norteiam a presente pesquisa - a economia-mundo capitalista e mais especificamente o conceito de cadeia mercantil -, serão analisados agora aos elementos centrais relativos ao tema da cadeia mercantil do café no Brasil no período de 1830 a 1929.

## Revisitando as análises da cafeicultura brasileira

A história do Brasil ainda é pouco estudada sob o prisma da Economia Política dos Sistemas-Mundo e por conseguinte das cadeias mercantis. Contudo, pesquisas por esse viés poderiam contribuir para uma compreensão mais profunda do “lugar” do Brasil na condição de periferia do sistema capitalista.

A pesquisa pioneira de Pedro Antonio Vieira<sup>204</sup> da cadeia mercantil do açúcar, apesar de muito recente, torna-se referência para novos empreendimentos que intencionam desbravar esse caminho. Em seu texto “A inserção do ‘Brasil’ nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar”, explicita o conceito de cadeia mercantil que também será utilizada na presente pesquisa.

Como se concretiza a economia-mundo? Ou ainda, qual a extensão ou o território de uma economia-mundo? A concretização e a extensão de uma economia-mundo é medida pela variedade e extensão de suas redes de produção e troca que em linguagem mais técnica Wallerstein e Hopkins (2000) denominaram “cadeias mercantis” (*commodity chains*). Com este conceito os autores designam “processos produtivos interligados que têm cruzado múltiplas fronteiras e que sempre apresentaram dentro deles diferentes formas de controle do trabalho.” (Wallerstein e Hopkins, 2000, p. 221) Mais especificamente, uma cadeia mercantil é composta por todas as fases e ou processos

---

<sup>204</sup> Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, onde coordena o Grupo de Pesquisa da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

---

necessários à produção e comercialização de uma mercadoria, desde seus insumos até o consumo final. (VIEIRA, 2010, p. 504-5).

O trabalho desenvolvido por Vieira (2010, p. 524) apresenta a cadeia mercantil do açúcar, cujas “atividades implicadas na produção, comercialização e consumo do açúcar se espalhavam pela América, Europa, África e Ásia, formando uma verdadeira rede de negócios com muitas conexões”. Além do aspecto espacial, apresenta os inúmeros produtos partícipes da cadeia do açúcar, como equipamentos, farinha de mandioca, aguardente e principalmente os escravos.

Seguindo essa mesma trilha, pretende-se montar a cadeia mercantil do café produzido no Brasil. A relevância desse grão para a economia, estado e sociedade brasileiras no século XIX é indiscutível. O período de desenvolvimento e apogeu como produto altamente rentável nas exportações nacionais pode ser identificado entre 1830 e 1929. Uma vez que sua produção em escala comercial se inicia com a presença da Família Real Portuguesa no Brasil<sup>205</sup>, e vai até a grande crise do capitalismo ao final da década de 20 do século passado<sup>206</sup>. Este período histórico, na cronologia de Arrighi, é o Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico, porém coincidindo com a passagem dele para o norte-americano, e caracteriza-se por transformações profundas no mundo, lideradas pela potência hegemônica – a Grã-Bretanha – que alteraram substancialmente a situação política, econômica e social da colônia portuguesa da América, tais como: a transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808), a passagem da condição colonial à de Reino Unido (1815) e dessa para Império independente (1822), a ascensão do café como principal produto de exportação, o fim do tráfico de escravos (1850), a transição para o trabalho assalariado, a imigração europeia, a modernização da

---

<sup>205</sup> “D. João VI e os fidalgos que o acompanhavam estimularam o uso do café e o seu plantio. Taunay, em sua ‘propagação da cultura cafeeira’, relata um episódio interessante sobre a distribuição de sementes pelo próprio monarca, aos nobres da Corte, insistindo para que as cultivassem” (SIMONSEN, 1938, p. 20).

<sup>206</sup> 1929: o *crack* da Bolsa de Nova York e a crise econômica subsequente atingiram diretamente a produção e a comercialização do café. Assim, são queimadas ou lançadas ao mar cerca de 40% da produção brasileira do início da década de 1930. Cf. Martins; Johnston (1992, p. 58).

---

infraestrutura, dos serviços bancários e dos transportes (ferrovias) e o início da industrialização. Todas essas transformações são constituintes do processo de incorporação do Brasil, na condição de periferia, à economia-mundo centrada na Inglaterra. Segundo Talbot (2011, p. 73-74), essa condição periférica se deu pela necessidade brasileira de bens de capital, sob a forma de ferrovias, e pelo controle da exportação de café por empresas europeias e norte-americanas.

Embora possa parecer algum exagero, pode-se afirmar, com respaldo na bibliografia, que o aumento das exportações de café foi uma força indutora de outras mudanças estruturais na sociedade e na economia brasileiras: São Paulo e as classes sociais ligadas aos negócios do café passaram a hegemônizar a política e a economia nacionais no último quartel do século XIX; a imigração transformou a composição étnica e cultural do país; a urbanização permitiu o surgimento das classes médias; os transportes foram revolucionados com as ferrovias; os serviços bancários avançaram enormemente com o financiamento da produção, da comercialização e dos estoques.

Se por um lado estas transformações não podem deixar de serem vistas como “desenvolvimento”, simultaneamente elas reforçaram o que Caio Prado chamou “o sentido da colonização”. Ou seja, na divisão internacional do trabalho, coube ao Brasil a produção de produtos primários para atender demandas externas. Assim se pode observar que o fato da expansão cafeeira acontecer no período da hegemonia britânica certamente imprimiu marcas específicas à continuidade do sentido da colonização.

Para identificar estas características estruturantes e se observar seus efeitos contraditórios na expansão cafeeira e no desenvolvimento econômico e social brasileiro, faz-se necessário adotar uma perspectiva sistêmica desta expansão. Em outras palavras, é preciso considerar que as atividades ligadas ao café, realizadas em território brasileiro, estavam conectadas a outras localizadas em outras partes do mundo e a outros interesses econômicos. Em suma, é preciso adotar o conceito de cadeia mercantil e proceder ao desenho de seus elos ou nós.

Este procedimento permitirá compreender o lugar do Brasil na nova conjuntura representada pelo Ciclo de Acumulação Britânico, que para alguns se afigura como imperialista e para outros neocolonial.

---

Por outro lado, o estudo da formação e distribuição espacial da cadeia mercantil do café certamente permitirá lançar novas luzes sobre um período fundamental na história brasileira, caracterizado pela formação do estado nacional, pela modernização econômica e suas consequências em termos políticos, sociais e mesmo culturais. Um aspecto da vida brasileira para o qual o estudo da cadeia mercantil mundial do café contribuirá é a observação mais clara da inserção nacional nos processos políticos e econômicos mundiais. Pois os nódulos fundamentais da cadeia mercantil do café ou eram controlados por agentes britânicos – o comércio e o financiamento, por exemplo – ou se localizavam no exterior, como é o caso do consumo, realizado majoritariamente nos EUA.

Esta simples menção à extensão da cadeia mercantil para os dois estados mais poderosos da época – Inglaterra e Estados Unidos – parece suficiente para chamar a atenção às implicações geopolíticas da inserção internacional do Brasil através da cadeia mercantil do café. Em outras palavras, ao abrigar nódulos de uma cadeia mercantil cujos outros liames se localizavam em centros hegemônicos, o Brasil não dispunha de autonomia para tomar decisões sobre o café, sobretudo se estas decisões afetavam os interesses daqueles estados e/ou de seus capitalistas e cidadãos. Apenas como ilustração pode ser mencionada a decisão do governo norte-americano, durante o período da chamada valorização do café, de obrigar os agentes comerciais a liquidarem os estoques reguladores existentes nos EUA, estoques que eram usados para manter elevados os preços.

Portanto, o desenho mais detalhado possível da localização espacial da cadeia mercantil do café, levará a uma identificação mais precisa dos nódulos localizados no Brasil e fora dele, permitindo saber quais conexões – em termos de rentabilidade e dinamismo – se localizavam no país ou não; o que lançará luz sobre o alcance das políticas governamentais para o setor. Simultaneamente, na medida em que conseguirmos rastrear a origem dos insumos, máquinas, equipamentos, financiamento e o destino dos lucros, será possível diagnosticar com mais precisão as regiões nacionais e internacionais que foram dinamizadas pelos negócios do café.

Além disso, devemos lembrar que, se a partir de 1815 a Grã-Bretanha exerce sem contestação a hegemonia mundial, no último quartel deste mesmo

---

século esta posição começa a ser contestada. Contestação que desembocou nas duas guerras mundiais, ao fim das quais os EUA substituem a Inglaterra como epicentro hegemônico, dando início ao quarto ciclo sistêmico arrighiano. Consequentemente trata-se de verificar em que medida a cadeia mercantil do café foi afetada por essas alterações.

A bibliografia sobre a temática do café é vasta. O café como tema de estudo, por historiadores, economistas e outros cientistas sociais, apresenta-se recorrente. Todos os autores clássicos e contemporâneos que fizeram estudos de história econômica brasileira analisaram o tema. A peculiaridade da presente pesquisa é analisar o objeto dentro da perspectiva da Economia Política do Sistema-Mundo com a elaboração da cadeia mercantil desse produto.

Celso Furtado, na obra *Formação Econômica do Brasil*, destaca a importância do café no desenvolvimento do país.

No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para o primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. (FURTADO, 1997, p. 113).

Ao longo do livro, Furtado apresenta os clássicos períodos da produção cafeeira nacional dentro da perspectiva da condição de dependência do Brasil em relação ao capital internacional. E ao tratar da política de valorização do café, ele afirma que esta foi “financiada do exterior” (FURTADO, 1997, p. 193).

Caio Pardo Jr., no livro *História Econômica do Brasil*, analisa a produção cafeeira dentro do contexto imperialista – sobretudo inglês. E associa a política de valorização do café com os interesses de empresas e banqueiros ingleses e o conseqüente endividamento. Ele oferece uma posição importante para o delineamento da cadeia mercantil cafeeira e o capital internacional:

a economia cafeeira nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas

---

operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos esses processos sucessivos (em que entra boa parte de mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles invertidos. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 272).

Na mesma página Prado Jr. afirma: “praticamente e de uma forma completa, é impossível avaliar a parte da riqueza produzida pelo café brasileiro que permanece no país”. Assim, se pode observar que ambos os autores enfatizam a participação do capital internacional na cadeia produtiva e comercial do café.

No livro, *Santos, o porto do café* (1969), de José Ribeiro de Araújo Filho, há informações importantes sobre a exportação do café, em detalhes e com muitos dados. Também está presente a ideia de que o comércio do café esteve “sempre” nas mãos de estrangeiros.

Até o princípio do século, o domínio na exportação de café pelo porto de Santos pertencia a firmas europeias, de Hamburgo, do Havre, de Antuérpia, de Roterdan; depois esse domínio passou a firmas norte-americanas, embora as europeias continuassem representando certa importância. De qualquer forma, é digno de nota o fato de o brasileiro não ir além do seu próprio porto para vender a sua principal riqueza. [...] esperando que os compradores venham a nossa casa, ao invés de irmos à sua procura como em geral acontece no comércio internacional. (ARAÚJO FILHO, 1969, p. 163).

Por outro lado, Sergio Silva – no livro *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil* – apresenta uma reflexão teórica interessante na qual demonstra a supremacia do capital mercantil, o que leva a burguesia cafeeira a exercer múltiplas funções. “No Brasil, o capital comercial não se apresenta de

---

uma maneira autônoma, enquanto capital comercial puro; ele domina diretamente a produção e a submete às suas exigências” (SILVA, 1976, p. 61). Ele elucidava ainda que “a dominação do capital comercial explica-se pela posição ocupada pelo Brasil no seio da economia mundial” (*ibid.*, p. 62), de cuja divisão do trabalho o Brasil participa como fornecedor de produtos primários e consumidor de manufaturados, o que reitera o pensamento de Caio Prado Jr.

Embora não utilizem a abordagem aqui desenvolvida, as análises desses autores contribuem indelevelmente para a perspectiva da cadeia mercantil.

Outro autor, referência para pensarmos questões da temática do café é Antônio Delfim Netto, que no livro *O problema do café no Brasil*, também faz algumas indicações da presença do capital internacional nos negócios cafeeiros:

o principal banqueiro do cafeicultor era o comissário. Os recursos dessa classe de comerciantes, apesar de serem muito ponderáveis, foram insuficientes para sustentar, sem aperturas, as novas necessidades monetárias da economia. Esta circunstância transformou também o comissário numa classe dependente de financiamentos e quebrou-lhe o poder de resistência diante dos exportadores. O comissário que, dispondo de capital, podia estocar o produto e realizar uma certa regularização da oferta, viu-se diante da necessidade de colocar imediatamente o produto que lhe chegava às mãos a fim de poder cumprir os seus próprios compromissos. Esta inversão de papéis deu ao exportador – geralmente agente de grandes empresas estrangeiras – a capacidade de comprimir ainda mais os preços do produto. (DELFIN NETTO, 1979, p. 18).

Novamente tem-se aqui explicitada a centralidade dos exportadores e seus agentes financeiros na cadeia mercantil do café. A revisão desses autores nacionais, de diferentes abordagens, feita até aqui salienta o papel fundamental do capital internacional na produção cafeeira. O que expõe a cadeia mercantil do café necessariamente como transnacional, tal como defende Wallerstein (2005b).

Esta premissa exige que se faça uma incursão nos aspectos relativos à presença do capital e de empresas estrangeiras na cadeia mercantil do café.

---

Nesse sentido torna-se obrigatória a leitura do livro *150 anos de café*, de Martins e Johnston, no qual encontramos a história da empresa Johnston, fundada nos anos 30 do século XIX para intermediar o comércio em geral e de café em particular. Segundo seus autores,

o fato de não ser preciso haver uma conexão nítida entre os mercados onde as exportações da América Latina eram vendidas e a nacionalidade dos comerciantes que lidavam com elas resultou no aparecimento de casas britânicas em toda a América Espanhola e no Brasil, à procura de oportunidades de negócios. Portanto, o negócio que Edward Johnston fundou não era de modo algum singular. O desenvolvimento do comércio internacional no século XIX dependia cada vez mais de uma cadeia de intermediários para transferir a propriedade de bens do produtor para o consumidor. (MARTINS; JOHNSTON, 1992, p. 151).

Observa-se, assim – na cadeia mercantil do café – a presença pragmática do capital e de empresas de capital internacional. Tal fato ocorre nas transações de grande porte, como é o caso acima, de comercialização de grandes quantidades de café; na construção das ferrovias; e na maquinaria necessária para a preparação do café para comercialização.

Quanto a esse último aspecto igualmente se evidencia a presença internacional na cadeia produtiva do café. Para tratar desse aspecto, a obra *Arquitetura do café*, de André Argollo oferece um estudo sobre todo processo produtivo, inclusive sobre as máquinas nacionais ou importadas para o “beneficiamento” do café, no qual também o capital internacional se favoreceu. Já o estudo de Luiz Cláudio Ribeiro, no texto “A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX” (2006), apresenta também a maquinaria nacional, inventadas ou “inovadas” no Brasil. E para essas é necessário aço temperado para sua fabricação, o que novamente remete à importação, ou seja, a outro elo da cadeia produtiva do café que se localiza no exterior.

Mas, como adiantamos acima, há outras questões da relação entre o café e o desenvolvimento nacional que merecem ser aprofundadas: 1) a origem dos insumos, máquinas e equipamentos; 2) os agentes – trabalhadores e

---



empresários – envolvidos em cada uma das fases da cadeia, sua nacionalidade e remuneração; e 3) os limites e possibilidades da ação estatal.

## Esboço da cadeia mercantil do café

O esboço descritivo da cadeia mercantil do café, a seguir, tem por objetivo uma primeira aproximação do objeto da pesquisa para expor sua complexidade e demonstrar sua importância para a abordagem da Economia Política do Sistema-Mundo e a inserção do Brasil na economia-mundo capitalista.

Processos	Etapas	Atividades	Instrumentos Maquinaria Insumos
Produção (exigência inicial: grandes extensões de terra)	NO BRASIL	Desmatamento, plantio, carpa, poda, colheita, secagem, despulpamento, descascamento, ventilação, catação, brunimento e ensaque	alfanjes (foice), enxadas, cestos de taquara, peneiras, pilão, monjolo, terreiro, animais para tração, água e armazéns, sacas
	1ª fase baixo desenvolvimento técnico e intensa utilização de mão de obra		
	2ª fase desenvolvimento técnico em substituição a uma parte da mão de obra	As atividades se repetem, porém com a utilização de máquinas cai a quantidade de mão de obra	Carpideira de tração animal, engenhos de pilões hidráulicos, terreiros impermeáveis (material de construção), ventiladores, despulpadores, descascadores, máquinas modernas (de processo contínuo), vapor, eletricidade
	NO EXTERIOR	Torrefação e moagem	Torradores, moinhos, embalagens
Transporte	NO BRASIL	Intensa utilização de mão de obra de carregadores	Tropas de muares, carroças e carretões Embarcações para transporte de cabotagem Trens
Comercialização	NO BRASIL	Comissário, corretores, importadores	Armazéns, navios
	NO EXTERIOR	Redes de comércio atacadistas e varejistas	Armazéns, transportes

## O processo produtivo

Segundo Francisco Eduardo Pires Souza<sup>207</sup>, observam-se duas grandes fases no processo produtivo do café. De início o baixíssimo desenvolvimento técnico e consequentemente a utilização de mão de obra em larga escala; e posteriormente o desenvolvimento técnico substituindo parte da mão de obra.

Na primeira fase, que se caracteriza pelo baixo desenvolvimento técnico e utilização de mão de obra em larga escala, as atividades são: desmatamento – no caso de mata virgem<sup>208</sup>; plantio – que poderia ser direto (com sementes) ou indireto (com transplante); carpa – ocorria três vezes ao ano; poda – manual, comumente após a colheita; e colheita. Todas são atividades com a utilização de grande quantidade de mão de obra, escrava inicialmente e livre posteriormente. As ferramentas são: alfanjes (foice), enxadas, cestos de taquara, peneiras. O combate a pragas e/ou adubação quase não ocorriam, pois exigiriam grande quantidade de mão de obra; o mais comum era a adubação verde (resultado da carpa).

O beneficiamento possuía uma série de atividades: secar em terreiro (alguns lavavam depois de seco e secavam novamente); despulpamento e descascamento – para isso eram necessários o pilão e o monjolo, e podia ser feito com trabalho humano ou também com tração animal; a ventilação consistia em abanar com peneiras de taquara ou com ventiladores manuais; a catação de impurezas era feita com peneiras e finalizada a dedo (atividade preponderantemente de mulheres com filhos pequenos e dos mais velhos); o brunimento era o processo de polir em pilões; e finalmente ensacar – trabalho manual.

Todas são atividades com a utilização de grande quantidade de mão de obra. E a produtividade exigida dos escravos foi tendencialmente crescendo.

---

<sup>207</sup> SOUZA, Francisco Eduardo Pires. *A evolução das técnicas produtivas no século XIX: o engenho de açúcar e a fazenda de café no Brasil*. Campinas: 1978. Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP.

<sup>208</sup> Importante lembrar que o acesso às terras no Brasil é um capítulo particular de análise, cuja síntese se pode fazer a partir de um único termo: concentração. Para a análise do tema, ver: Prado Jr. (1994); Costa, (2007).

---

Enquanto em 1840 os escravos eram responsáveis por 2.000 cafeeiros, em 1880 esse número chegou a 7.000 pés de café.

A segunda fase<sup>209</sup> do processo produtivo se caracteriza pelo desenvolvimento técnico e diminuição da mão de obra. Nesta fase as atividades de desmatamento, plantio, poda e colheita não sofrem modificações; a exceção fica para a carpa. Em São Paulo na década de 80 é introduzida a carpideira de tração animal, somente para terrenos propícios. Ela apresentava grande produtividade: 1 hora para 6 horas de enxada.

As alterações mais substanciais ocorrem no processo de beneficiamento<sup>210</sup>. Por volta de 1840/50 já são utilizados os engenhos de pilões hidráulicos e os terreiros impermeáveis, embora estes mais raramente dados os altos custos.

Há difusão do engenho de pilão para via seca, na proporção de um 1 pilão para 12 monjolos e, portanto, suprimindo 90 homens. A ventilação, por sua vez também apresenta uma relação de grande substituição de mão de obra em relação ao abano manual: o uso de ventiladores por uma hora substituiu de 16 a 20 homens em 10 horas de trabalho.

Há novas gerações de máquinas, mas trata-se de processo ainda descontínuo. O processo contínuo por via seca – década de 60 – se dá com a introdução das máquinas de Albion Coffe Huller & Cia, com a instalação da fábrica pioneira de Willian van Vleck. O mesmo processo era utilizado pela via úmida após a fase de despulpamento.

Ao longo da década de 60, vários mecanismos são aperfeiçoados: despulpadores, descascadores e ventiladores. A utilização de mão de obra em larga escala diminui – nessas atividades –, porém permanece na colheita,

---

<sup>209</sup> Não é possível estabelecer uma data precisa para o início do desenvolvimento técnico; o que se tem são informações de quando alguma inovação já ocorreu e foi documentada. Além disso, se deve considerar que o processo de inovação técnico ocorre de forma irregular e espontânea.

<sup>210</sup> Principais fontes: ARGOLLO, André. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. RIBEIRO, Luiz Cláudio. “A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX”. In: *Anais do Museu Paulista*. Universidade de São Paulo, Museu Paulista. v.14, n.1, p.121-165. jan/jun 2006. SOUZA, Francisco Eduardo Pires. *Op. cit.*

na catação e na secagem. O uso de terreiro impermeável foi pouco usado, pois exigia grande investimento inicial para a compra de cimento, tijolos e/ou ladrilhos.

Em 1883, os engenhos de pilões são ultrapassados pelas “máquinas modernas”, ou seja, pelo processo contínuo. A máquina “brasileira” é muito produtiva: uma máquina que beneficiava 450 kg de café por hora custava 3 contos de réis – substituindo o trabalho de muitos escravos – embora com a mesma quantia não se comprasse nem 2 escravos em idade de trabalho (SOUZA, 1978, p. 144-151).

Para o processo produtivo do café em sua primeira fase eram necessárias em grande quantidade a água e madeira; na fase seguinte são as chapas e peças metálicas, além de vapor, madeira para as caldeiras e eletricidade.

Após o processo de beneficiamento o café era embalado em sacos de estopa ou juta de 60kg, armazenado (armazém ou tulha) e transportado.

## A questão da mão de obra na lavoura

A passagem da mão de obra escrava para a livre se dá paulatinamente e de maneira descontínua nas décadas que precederam a abolição (1888). Segundo Ítalo de Aquino<sup>211</sup> esta passagem se deu em três fases: 1) de 1790 a 1847 – predomínio de trabalho escravo; 2) de 1847 a 1888 – conjugação conflituosa de formas de trabalho; 3) a partir de 1888 até 1930 – consolidação do trabalho livre<sup>212</sup>. De qualquer forma se pode observar da descrição do processo produtivo que houve uma superexploração da mão de obra na lavoura cafeeira. E a partir dessa categorização, no período de nosso estudo prevalecem as duas últimas fases. Ou seja, a transição da escravidão para o trabalho livre e a afirmação dele.

---

<sup>211</sup> Cf. AQUINO. “Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930, pp. 69-70. In: ODÁLIA; CALDEIRA (Orgs.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado, 2010. Volume II, p. 61-82.

<sup>212</sup> Cf. WITTER. “Imigrante, um fator de transformação da sociedade brasileira – São Paulo (1850-1914). In: ODÁLIA; CALDEIRA. *Op. cit.*, p. 120-134.

---

Durante o processo de transição do trabalho escravo para livre, segundo Renato Marcondes (2005), há uma concentração de escravos na região cafeeira<sup>213</sup>. Em 1803 eram 162 mil escravos na região – 24% da população; em 1829 eram 235 mil – 29,7%; e em 1854 eram 419 mil – 28%. A descrição desses escravos – a grande maioria era de adultos (entre 15 e 49 anos) e do sexo masculino; e a expressiva concentração de muitos escravos para poucos proprietários (1,5% dos proprietários possuíam 22,4% dos cativos) – confirma sua utilização no trabalho nas grandes fazendas de café (MARCONDES, 2005, p. 152-171).

Com o advento a lei de 1850, sobre a proibição do tráfico de escravos, há novos rearranjos internos para atender a região cafeeira. Ocorreu o deslocamento de expressivos plantéis, de regiões em que a economia estava em crise – como é o caso do nordeste, para as províncias em franco desenvolvimento da cafeeicultura (MARCONDES, 2005, p. 152 e ss.).

Deste modo, na construção da cadeia mercantil do café para esse período se deve incluir os elementos que contribuíram tanto para a obtenção de “novos” escravos – até o advento da lei de 1850, ou pouco depois dela. Refere-se aqui aos produtos utilizados na troca por escravos, como descrito por Pedro Vieira (2010). Trata-se de produtos nacionais como aguardente, fumo e farinha, e internacionais como tecidos, utensílios metálicos e armas.

Por outro lado a reprodução da força de trabalho escrava, indispensável quando se observa o deslocamento significativo dela para a região sudeste, também exige alimentos, aguardente e tecidos.

Contudo, isso não foi suficiente, exigindo a implementação de políticas particulares e/ou governamentais de imigração para atender às fazendas. O exemplo irrefutável foi a construção da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, inaugurada em 1887, para acomodar cerca de 4 mil imigrantes, por cerca de 8 dias, até eles serem encaminhados para as fazendas de café (WITTER, 2010, p. 119-134).

---

<sup>213</sup> Renato Marcondes refere-se ao Vale do Paraíba fluminense, mineiro e paulista.

---

Tendo São Paulo como referência, estudiosos da imigração – sobretudo pelos documentos da Hospedaria – puderam quantificar a imigração. No texto “São Paulo: transição demográfica e migrações”, Baeninger e Bassanezi apresentam dados significativos:

estima-se que entraram 909.417 imigrantes estrangeiros entre 1887 e 1900, sobretudo italianos, espanhóis e portugueses: em menor proporção, alemães, austríacos, suíços, entre outros (Camargo, 1981). Em 1900, a população estrangeira representava 21% da população total de São Paulo. [...] Entre 1901 e 1920, o Estado recebeu 823.642 imigrantes europeus e mais 584.322 no período 1921-1934. (BAENINGER e BASSANEZI, 2010, p. 157).

As mesmas autoras chamam a atenção ainda para o fato de que, “entre 1921 e 1940, o volume de entrada de migrantes brasileiros no estado de São Paulo chegou a superar o de estrangeiros no mesmo período, respectivamente 690 mil e 660 mil” (ODÁLIA; CALDEIRA, 2010, p. 158).

Ambas, a imigração e a migração interna foram em sua expressiva maioria para atender aos grandes proprietários rurais, como afirma Paiva em “Políticas de colonização em São Paulo (1890-1945) – Núcleos coloniais e áreas de colonização: subsídios à grande propriedade”;

o fracasso das iniciativas colonizadoras implica uma recusa em permitir aos camponeses outra função social além da que foi historicamente preestabelecida pelas elites agrárias, qual seja, superar sua função como trabalhadores para o latifúndio (PAIVA, 2010, p. 117).

De fato, o que temos para o período da presente pesquisa é o trabalho intensivo nos cafezais, no início de escravos africanos; depois, deles e de imigrantes (por breves anos no sistema de parceria); depois, de assalariados (com diferentes formas de assalariamento); e por fim de imigrantes e migrantes. Mantendo-se assim as condições necessárias para uma produção em larga escala, e garantindo a acumulação de um lado e a exploração do outro.

A inserção do elemento mão de obra na cadeia mercantil do café leva à necessidade de se verificar os aspectos para sua manutenção. Assim, seja para os escravos, seja para trabalhadores livres, duas estratégias foram fundamentais: a produção de alimentos e tecidos nas próprias fazendas e o comércio de curtas e longas distâncias para atender a esse mercado.

A autoprodução requeria então o plantio de alimentos (principalmente milho e feijão) e de algodão; e o deslocamento de trabalhadores para funções relacionadas a essa produção. As grandes fazendas conseguiam realizar essa diversificação de tarefas, mas às vezes insuficiente, dado seu contingente de trabalhadores. Propriedades sensivelmente menores encontravam dificuldades para deslocar braços dos cafezais. Assim o comércio regional ou mesmo inter-regional foi fundamental no atendimento da subsistência dos trabalhadores.

Sobre o comércio interno para atender a essa demanda, Renato Marcondes (2005, p. 144-151) elenca os principais produtos: açúcar, aguardente, arroz, fumo, milho, farinha de mandioca, derivados animais (toucinho, charque e laticínios), gado, carneiros, porcos, cavalos, lenha, carvão, material de construção, produtos têxteis, siderúrgicos, metalúrgicos, artefatos de couro, metais e fibras.

Assim, para efeito da elaboração da cadeia mercantil do café é indispensável a alocação de um ou mais elos mercantis internos que atendiam o fluxo de subsistência do complexo cafeeiro. Consequentemente há de se relatar que esse comércio interno exigia tropas de muares e navegação de cabotagem para sua efetivação, portanto outro elemento a ser incluído na referida cadeia mercantil.

Antes do consumo final havia ainda a fase de torrefação e moagem, que não era feita no Brasil. Primeiramente a torra era feita pelo próprio consumidor, mas com o desenvolvimento de grandes empresas torrefadoras e da qualidade das embalagens, houve mais facilidade para o consumo; com a venda do produto pronto para o preparo da bebida o consumo cresceu consideravelmente (DELFIN NETTO, 1979, p. 9-10).

---

## Transporte, comércio e consumo

Quando se pensa a questão do transporte na cadeia mercantil do café, no período de 1830 a 1929, é preciso dividi-lo em dois momentos distintos, porém complementares. De início o transporte tradicional: tropas de muires, navegação de cabotagem e navios; e o transporte moderno: trens e navios a vapor. As diferenças são muitas, mas certamente a mais significativa para a finalidade mercantil é a relação volume/velocidade desenvolvida. Deve-se notar que a modernização teve efeitos no transporte do próprio café das fazendas até os portos, como também dos produtos nacionais ou não, para as fazendas – inclusive dos próprios trabalhadores até elas. Com a construção das ferrovias a partir de 1867<sup>214</sup>, a via férrea passa a fazer os trechos mais longos em direção ao porto de Santos. Contudo, os transportes de muires ou mesmo de cabotagem não são completamente suprimidos. Em Santos, da estação ferroviária até armazéns/porto, eram utilizadas carroças e carretões e muitos homens. O custo do transporte foi barateado com a utilização das vias férreas na seguinte proporção<sup>215</sup>: com muires o gasto era de 440 réis por arroba de café; por trem era de 140 réis.

As ferrovias trazem consigo outro elo para o desenho da cadeia mercantil do café: o investimento externo. Elas contaram com o financiamento, a engenharia e o trabalho estrangeiro, sobretudo inglês. Explicita-se aqui outro elo fundamental dessa cadeia: a esfera financeira.

Ainda no tocante ao transporte do café até às zonas consumidoras, ressalva-se o desenvolvimento de navios a vapor, nesse período, como fator positivo para as exportações, tanto por sua tonelagem como por sua velocidade. Consequentemente, nas mãos de grandes empresas de transporte capazes desse investimento.

O comércio do café, talvez seja o aspecto mais complexo de toda a cadeia mercantil do café. Isso decorre de serem muitos os sujeitos envolvidos formando uma rede de difícil delineamento.

---

<sup>214</sup> Início das atividades da primeira ferrovia em solo paulista a São Paulo Railway. Detalhamento da malha ferroviária, ver Martins (2008, p. 160-172).

<sup>215</sup> Cf. PETRATI-TEIXEIRA (2010, p. 239).

---



A partir da pesquisa, pode-se fazer uma descrição ainda significativamente imperfeita dessa rede: havia o comissário<sup>216</sup> (tratava a compra com os fazendeiros pela porcentagem de 3%); ao receber o café, ele ficava responsável por classificá-lo, de acordo com os tipos, para exportação. Muitas das empresas comissárias tinham seus próprios armazéns. Para depois,

através de seus corretores e “zangões”, que trabalham também por porcentagem, negociar os lotes preparados com as grandes firmas exportadoras, hoje predominantemente norte-americanas, ontem alemãs, inglesas, francesas. São essas casas exportadoras as que embarcam, finalmente, o café para o seu destino, isto é, os países importadores. (ARAÚJO FILHO, 1969, p. 148).

O processo de comercialização se altera em parte com a criação da Bolsa do Café em Santos (1917), que passa a operar também com negócios futuros. Também a instalação dos “Armazéns Gerais” (1903), para uso dos fazendeiros que não quisessem fazer negócios através dos comissários e preferissem tratar diretamente com os exportadores ou seus corretores, trouxe uma inovação.

A comercialização do café passou por fases mais livres e outras com intervenções estatais, de pequeno a grande porte. A Política de Valorização do Café, segundo Caio Prado Jr. (1994, p. 229-231), foi uma forma de atender aos interesses de empresas e banqueiros ingleses. Para Celso Furtado a política de valorização do café foi financiada do exterior<sup>217</sup>.

O processo de comercialização ainda deve ser esclarecido e detalhado, pois o que se intui é que os comissários e corretores muitas vezes eram de empresas exportadoras, ou mantinham vínculos estritos com elas. Tais empresas às vezes também faziam o papel de banco para os fazendeiros, como foi o caso da Brazilian Warrant & Co. Ltd., depois rebatizada como Brazilian Warrant Agency & Finance Co. Ltd. (MARTINS; JOHNSTON, 1992). Esta

---

<sup>216</sup> Para descrição detalhada ver Araújo Filho (1969, p. 147-148).

<sup>217</sup> Cf. FURTADO, 1997, p. 186-194; Araújo Filho, no livro *Santos, o porto do café* (1969, p. 164-166), apresenta detalhes importantes sobre a política de valorização do café.

---

empresa passou inclusive a ter fazendas de café. A função financeira, o acesso ao mercado externo e os armazéns lhe permitiam uma função bastante ativa na comercialização do café. A presença de bancos e outras agências financeiras nos negócios do café é um capítulo importante na construção dessa cadeia mercantil, que, dadas as condições desse primeiro esboço, não será desenvolvida no momento<sup>218</sup>.

O mercado consumidor mundial tendeu a crescer ininterruptamente a partir dos anos 20 do século XIX, e as exportações aumentaram em grandes proporções, como se pode ver abaixo.

Década	Exportações brasileiras de café em milhares de sacas de 60 kg
1821-30	3.178
1831-40	10.430
1841-50	18.367
1851-60	27.339
1861-70	29.103
1871-80	32.509
1881-90	51.631

**Fonte:** Caio Prado Jr. (1994, p. 160)

Na década de 1830-1840, o produto assumiu a liderança das exportações do país, com mais de 40% do total; o Brasil tornou-se, em 1840, o maior produtor mundial de café. Na década 1870-1880, o café passou a representar até 56% do valor das exportações; e no final do séc. XIX representava 65% do valor das exportações, chegando a 70% na década de 1920.

Os principais mercados consumidores eram Estados Unidos, França, Grã Bretanha, Alemanha e Itália. Segundo Renato Marcondes as exportações brasileiras no período 1872-3, levando em conta a origem e o destino das exportações de café, tem a seguinte distribuição:

<sup>218</sup> Cf. Prado Jr. (1994, p. 222 e seguintes); Marcondes; Hanley (2010, p. 103-131); Silva (1976, p. 29-40).

País consumidor	Porto de embarque	%
EUA	São Paulo	9,5
	Rio de Janeiro	51
Alemanha	São Paulo	6
	Rio de Janeiro	25,6
Grã Bretanha	São Paulo	42,6
	Rio de Janeiro	8

**Fonte:** Marcondes (2005, p. 143)

E segundo o mesmo historiador, nesse período o café atingiu a cifra de 94,5% das exportações brasileiras.

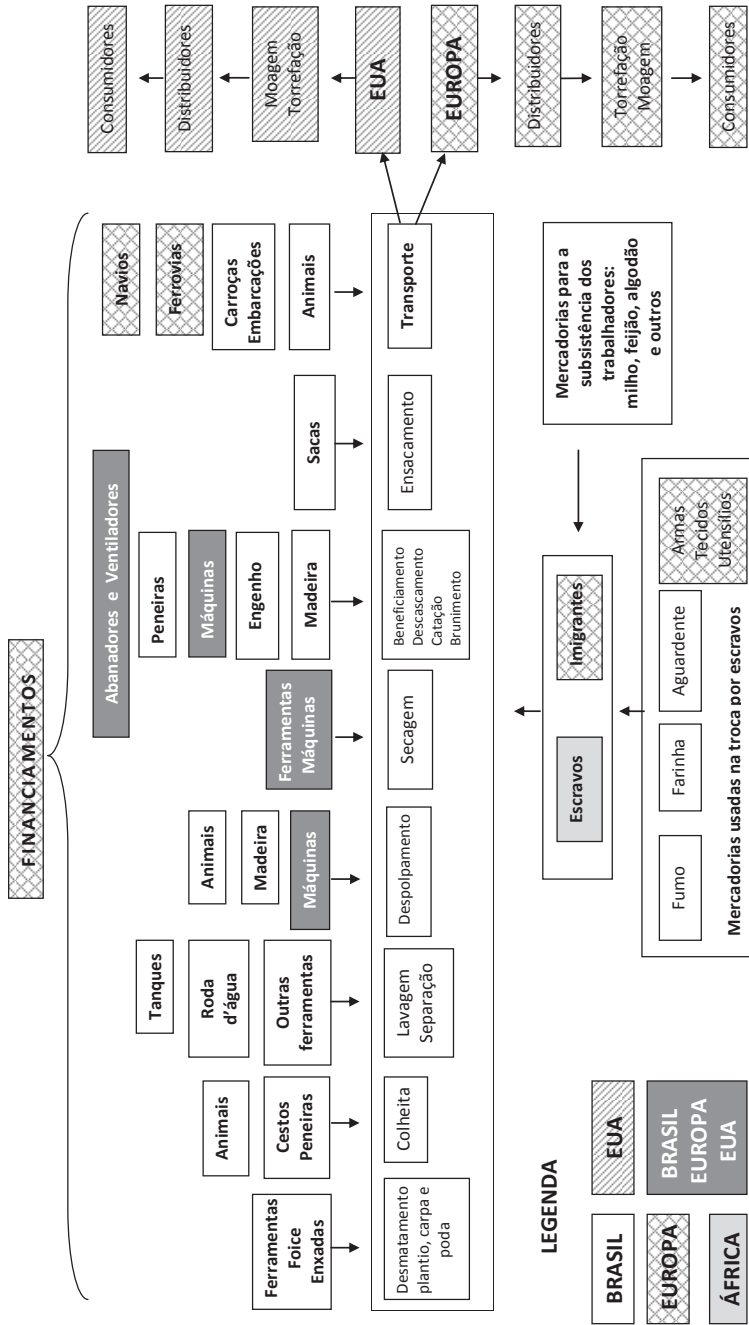
Configura-se assim não apenas a importância do café para a economia brasileira nesse período, mas a hegemonia desse produto para a economia nacional. Decorre daí uma dependência da economia brasileira em relação à sua exportação. O que leva a políticas de manutenção do processo e inclusive a interferência para sanar possíveis problemas advindos das alterações – sobretudo de preços – de sua comercialização.

A chamada “política de valorização de preços” teve algumas edições. Em dada conjuntura enquanto medida regional – foi o caso de São Paulo –, ou mesmo nacional. Tais medidas tentavam sobrepor o preço de mercado, através de estoques reguladores que garantissem o preço considerado adequado. “No período de 1906 a 1910 tinham sido retirados do mercado livre cerca de 8.500.000 sacas” (PRADO JR., 1994, p. 232). E em 1924 “adota-se um largo esquema de valorização permanente.” (*ibid.*, p. 234). Do qual o resultado se conhece pelos 40% dos estoques queimados ou jogados ao mar em consequência da crise de 1929 (MARTINS; JOHNSTON, 1992, p. 58).

Segundo Prado Jr. (1994, p. 235), tais estratégias de valorização levaram ao acúmulo de estoques e “os banqueiros e demais interessados internacionais que atrás da cortina manobravam o Instituto [do Café], recolherão da manobra consideráveis proveitos”.

A seguir apresenta-se o gráfico com o delineamento da cadeia mercantil do café brasileiro no período 1830-1929, seguindo as indicações de Wallerstein.

CADEIA MERCANTIL DO CAFÉ (1830 - 1929)



## Considerações finais

Como se pode observar no percurso apresentado, o estudo detalhado da cadeia mercantil do café oferece subsídios fundamentais para a análise da inserção do Brasil na economia mundial, bem como as inter-relações dessa inserção com os demais processos internos sejam econômicos mesmo, sociais ou políticos.

Retoma-se a premissa de Wallerstein de que as análises a partir da perspectiva da Economia dos Sistemas-Mundo exigem a observação de dois subsistemas: o político (Estados nacionais) e o econômico (cadeias mercantis). O esboço da cadeia mercantil do café demonstrou-se extenso, complexo e o gráfico apresentado é apenas uma tentativa de retratá-la de forma global, pois as mudanças constantes não podem ser reveladas em um gráfico.

Também deve ser destacado o fato de os aspectos financeiros da cadeia mercantil do café desse período ainda exigirem pesquisa específica. O período de 1830 a 1929 se caracteriza nas análises da Economia Política dos Sistemas-Mundo como o ápice da hegemonia financeira britânica, tornando-se, assim o principal agente financiador não apenas do processo produtivo do café, como também da infraestrutura a ele correlacionada, como no caso das ferrovias.

Por outro lado, a passagem do centro hegemônico da Inglaterra para os Estados Unidos também aparece na cadeia mercantil do café, sobretudo pelo fato de máquinas de beneficiamento utilizadas aqui serem de origem norte-americana e por constituírem-se no principal mercado consumidor.

A pesquisa confirma a necessidade de uma análise sistêmica quando se almeja evidenciar as relações econômicas capitalistas, sobretudo as cadeias mercantis. O que permite observar o grau de autonomia de um dado Estado em relação à sua(s) *commoditie(s)*. No caso, a cadeia mercantil do café brasileiro, demonstra que o nódulo dessa cadeia fixado no Brasil – o processo produtivo – não possui a autonomia que outras abordagens poderiam supor. Pode-se afirmar que não havia um controle nacional completo sobre esse nódulo, apesar de uma aparência contrária.

Tal limitação decorre do fato de que parte das ferramentas e das máquinas utilizadas no processo de beneficiamento serem importadas e de

---

que mesmo para as fabricadas no Brasil eram necessários algum tipo de matéria-prima (como o aço, por exemplo) ou mesmo peças prontas, para sua produção. Também se deve reafirmar o elemento financeiro externo tendo um protagonismo incalculável em relação ao nódulo brasileiro.

Por outro lado destaca-se a cadeia mercantil interna para sustentar a produção cafeeira, que ao ser construída irá se espalhar por uma parte considerável do território, demonstrando a integração local proporcionada pela cadeia do café.

Ainda se faz necessário sublinhar o fato de que o domínio da exportação por empresas europeias e norte-americanas permitia-lhes o controle sobre o processo produtivo, o que reitera a posição periférica do Brasil na economia-mundo capitalista. Assim, no período estudado, apesar de atingir a condição de maior produtor mundial de café e de este ser um produto com mercado consumidor crescente, não coube ao Brasil a parcela mais significativa dos lucros advindos.

Por fim, a questão das alianças políticas entre o Estado e o Capital, como fundamento para o sucesso prolongado da produção cafeeira no Brasil. Dentre elas destacam-se o apoio nas políticas de imigração para atender à demanda por mão de obra e a política de valorização do café, que jogou para o Estado os custos da tentativa de se sobrepor às oscilações do mercado, garantindo em ambos os casos a acumulação de cafeicultores e comerciantes – nacionais ou não.

A pesquisa feita aponta para a necessidade de se enveredar mais profundamente nessa discussão, inclusive no que tange ao aspecto financeiro envolvido na cadeia mercantil do café. Há de se dar continuidade a pesquisas de aspectos da cadeia mercantil do café aqui apenas esboçados, para que esta seja mais ampla e profunda.

## Referências

AARAÚJO FILHO, José Ribeiro. **Santos o porto do café**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

---

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens Tde** nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARGOLLO, André. **Arquitetura do café**. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BAENINGER, Rosana; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande. São Paulo: transição demográfica e migrações. *In*: ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo C. (Orgs.) **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado, 2010. 3 volumes, Volume 2, p. 153-168.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo: séculos XV – XVIII**. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995a. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. Trad. Telma Costa. 3 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1995b (v. 1), 1996a (v. 2), 1996b (v. 3).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura, 1979.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Bauru: EDUSC, 2010.

FONT, Mauricio. “Coffe planters, and development in Brazil”. **Latin America Research Review**, v. 22, n. 3, p. 69-90, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

---

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Ed). **Commodity chains and global capitalism**. Westport (USA): Praeger, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II: O Brasil Monárquico. 5. ed. v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. **Commodity Chains: Construct and Research**, In GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. (Ed) **Commodity chains and global capitalism**. Westport (USA): Praeger, 1994, p. 17-19.

HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. **Conclusions about commodity chains**. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Ed). **Commodity chains and global capitalism**. Westport (USA): Praeger, 1994a, p. 48-50.

MARCONDES. Renato Leite. **Desigualdades Regionais Brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870**. Ribeirão Preto, 2005. Tese de Livre Docência, Universidade São Paulo.

MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G. **Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901)**. **Estudos Econômicos**. [online], vol. 40, n.1, p. 103-131, 2010. ISSN 0101-4161.

MARTINS, Ana Luiza. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, M.; JOHNSTON, E. **150 anos de café**. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 1992.

MATOON JR., Robert. "Railroads, coffee and the growth of big business in São Paulo, Brazil". **The Hispanic American Historical Review**, v. 57, n. 2, p. 273-295, 1977.

ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo C. (Orgs.). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado, 2010. 3 volumes.

PAIVA, Odair da Cruz. **Políticas de colonização em São Paulo (1890-1945) - Núcleos coloniais e áreas de Colonização: subsídios à grande propriedade**. In ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo C. (Orgs.). **História do Estado**

---



**de São Paulo:** a formação da unidade paulista. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado, 2010. 3 volumes, Volume 2, p. 101-117.

PETRATI-TEIXEIRA, Palmira. **Trilhos e sonhos: o desenho do interior paulista.** In ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo C. (Orgs.) História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado, 2010. 3 volumes, Volume 1, p.235-255.

PRADO JÚNIOR. Caio. **História Econômica do Brasil.** 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRIORI, Mary Del (Org.). **Revisão do Paraíso.** Os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. “A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX”. In: **Anais do Museu Paulista.** Universidade de São Paulo, Museu Paulista. v. 14, n. 1, p. 121-165, jan-jun 2006.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, Roberto. **Aspectos da história do café.** Congresso de História Nacional. IHGB, 1938.

SOUZA, Francisco Eduardo Pires. **A evolução das técnicas produtivas no século XIX:** o engenho de açúcar e a fazenda de café no Brasil. Campinas: 1978. Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP.

TALBOT, John. “Information, finance and the new international inequality: the case of coffee”. **Journal of World-Systems Research**, VIII, 2, p. 214-250, spring 2002.

\_\_\_\_\_. **Grounds for Agreement the political Economy of the coffee commodity chain.** EUA: Rowman e Littlefield, 2004.

\_\_\_\_\_. “The coffee commodity chain in the world-economy: Arrighi’s systemic cycles and Braudel’s layers of analysis”. **American Sociological Association**, v. XVII, n. 1, p. 58-88, 2011, pp. ISSN 1076-156X.

---

TAUNAY, Afonso. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

\_\_\_\_\_. **Pequena história do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr. **From Silver to Cocaine – Latin American Commodity Chain and the Building of the world economy, 1500-2000**. Durham and London: Duke University Press, 2006.

VIEIRA, Pedro Antonio. “A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 499-527, 2010.

VIEIRA, Rosângela. **Fernand Braudel: a relação do método historiográfico e o conhecimento histórico**. UNESP/Assis: 2002. Tese de doutorado.

VILLARES, Jorge Dumont. **O Café: cultura, produção e commercio**. São Paulo: Instituto de Café do Estado de São Paulo, 1927. 2 vols.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Capitalismo histórico**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo Veintiuno Editores. 2005a.

\_\_\_\_\_. “Protection Networks and Commodity Chains”. *In: The Capitalist World-Economy*. Paper given at conference, “Global Networks: Interdisciplinary Perspectives on Commodity Chains,” May 13-14, 2005b, Yale University. Disponível em: <<http://asrudiancenter.wordpress.com/2008/11/03/protection-networks-and-commodity-chains-in-the-capitalist-world-economy/>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

WITTER, J. S. “Imigrante, um fator de transformação da sociedade brasileira – São Paulo (1850-1914)”. *In: ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo C. (Orgs.). História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado, 2010. 3 volumes.

---